

Universidades Lusíada

Correia, Eduardo Filipe Corrêa Rodrigues de
Pereira, 1978-

Tavares, Filipa

Soares, André Marques, 2001-

Assis, Italo Bastos, 1998-

Eleições presidenciais no Brasil

<http://hdl.handle.net/11067/6757>

<https://doi.org/10.34628/keh9-n702>

Metadados

Data de Publicação	2022
Palavras Chave	Presidentes - Brasil - Eleições
Tipo	article
Revisão de Pares	Não
Coleções	[ILID-CEJEA] Polis, s. 2, n. 06 (Julho-Dezembro 2022)

Esta página foi gerada automaticamente em 2026-10-30T02:34:14Z com
informação proveniente do Repositório

Eleições presidenciais no Brasil (2 e 30 de Outubro de 2022)

Eduardo Pereira Correia¹
Filipa Tavares²
André Soares³
Italo Assis⁴

DOI: <https://doi.org/10.34628/keh9-n702>

Breve contexto histórico

O regime democrático brasileiro teve um começo difícil, sobretudo marcado por uma enorme instabilidade económica entre o final de 1980 e o início de 1990, com taxas de inflação muito elevadas e níveis de pobreza agravados, mas também de uma grande incerteza política, com o primeiro presidente eleito popularmente após a constituição democrática de 1988 – FERNANDO COLLOR DE MELLO do Partido da Reconstrução Nacional⁵ – a ser alvo de um processo de *impeachment*⁶ que o removeu do cargo em 1992 por acusações de corrupção.

Segundo alguns autores⁷, LULA DA SILVA do Partido dos Trabalha-

dores⁸ seria o herdeiro aparente da presidência brasileira, contudo a sua vantagem não foi suficiente para evitar a ascensão, em 1994, de FERNANDO HENRIQUE CARDOSO do Partido da Social Democracia Brasileira⁹. O governo de FERNANDO HENRIQUE CARDOSO foi marcado pelo fim da hiperinflação e por manifestas melhorias nas finanças do governo, pela renegociação do pacto federal e pela implementação de reformas que aumentaram a capacidade do Estado.

Na sua grande maioria, as eleições presidenciais brasileiras foram alvo de uma disputa eleitoral PSDB e o PT onde, em 2002, o PT conseguiu eleger LULA DA SILVA na segunda volta das presidenciais, derrotando o PSDB liderado por JOSÉ SERRA. LULA DA SILVA governou entre 2003 e 2010 e o seu mandato ficou marcado por uma política macroeconómica responsável, na medida em que garantiu “*um novo consenso social, combinando políticas económicas ortodoxas e redistribuição de renda*. Esta redistribuição seria o *substrato da identificação do eleitorado pobre, (...) permitindo angariar o apoio de uma base social muito mais ampla e heterogênea do que aquela tradicionalmente associada ao PT*”¹⁰.

DILMA ROUSSEFF surge como a sucessora natural de LULA DA SILVA dentro do PT, sendo a primeira mulher eleita para ocupar a Presidência da República Brasileira¹¹, tentando manter a estabilidade económica introduzida por FERNANDO HENRIQUE CARDOSO e a inclusão social tão aclamada por LULA DA SILVA. Contudo, com a sua reeleição no segundo mandato em 2018, o país entrou numa forte crise económica, divisão política, a prisão de LULA DA SILVA¹² e, mais tarde, um processo de *impeachment* à presidente do Brasil com acusações de desrespeito à lei orçamental e à lei de improbidade administrativa.

Será neste contexto de fragilidade do sistema político brasileiro que o

1 Professor da Faculdade de Direito da Universidade Lusíada de Lisboa. Investigador Integrado do Centro de Estudos Jurídicos Económicos e Ambientais (CEJEA) da Universidade Lusíada.

2 Mestre em Direito pela Universidade Lusíada (Porto). Investigadora Colaboradora do Centro de Estudos Jurídicos Económicos e Ambientais (CEJEA) da Universidade Lusíada.

3 Mestrando em Ciência Política no ISCSTE-IUL. Investigador Colaborador do Centro de Estudos Jurídicos Económicos e Ambientais (CEJEA) da Universidade Lusíada.

4 Mestrando em Direito na Universidade Lusíada (Porto). Investigador Colaborador do Centro de Estudos Jurídicos Económicos e Ambientais (CEJEA) da Universidade Lusíada.

5 O Partido da Juventude teve origem em 1985 contudo, em fevereiro de 1989, aquando da filiação de FERNANDO COLLOR DE MELLO, o partido alterou seu nome para Partido da Reconstrução Nacional (PRN). (DELGADO FILHO, 2021, p. 31).

6 Processo político-criminal que visa destituir um presidente de um cargo governativo em países com modelos presidencialistas, por delito grave delito ou má conduta no exercício de suas funções. (...) É uma arma constitucional que desencadeia um processo político-criminal que visa destituir um presidente de um cargo governativo em países com modelos presidencialistas, por delito grave delito ou má conduta no exercício de suas funções. Segundo a legislação brasileira, para que ocorra é necessário que dois terços do poder legislativo votem a destituição presidencial (LIMONGI, F. (2017). *Impedindo Dilma*. in <https://novosestudios.com.br/wp-content/uploads/2017/06/impedindo-dilma-Fernando-Limongi.pdf>

7 Vide KINGSTONE e POWER (2017). *Democratic Brazil Divided*. University of Pittsburgh Press, p. 11) ao referir “*The PT emerged as a key player in Brazilian micropolitics after Lula’s impressive presidential bid in 1989 (...). After Collor’s impeachment on corruption charges in 1992, Lula was the heir apparent to the presidency, yet his head start was not enough to stave off Cardoso*”.

8 O Partido dos Trabalhadores (PT) foi fundado em 1980 e assume-se como um partido político de centro-esquerda, integrando um dos maiores e mais importantes movimentos de esquerda da América Latina.

9 O Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) é um partido político brasileiro de centro, maioritariamente associado ao centro-direita, fundado em 1988 e surgindo a partir de uma cisão do PMDB que representava a social-democracia, a democracia cristã e o liberalismo económico e social.

10 Cfr. BORGES, A. e VIDIGAL, R. (2018). “Do lulismo ao antipetismo? Polarização, partidarismo e voto nas eleições presidenciais brasileiras” in *Opinião Pública*, vol. 24, n.º 1, p. 60.

11 Cfr. JESUS, G. S. (2022). *O processo eleitoral brasileiro de 2018 sob um olhar da análise de discurso: entre a prisão de Lula e o atentado a Bolsonaro, legitimidade e democracia em disputa na imprensa*, Tese de Doutoramento apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal de Sergipe, p. 21.

12 O antigo presidente foi preso em abril de 2018 com acusações de corrupção passiva e lavagem de dinheiro, sendo apontado por uns como *vítima de perseguição política e por outros como um criminoso corrupto*, vide NOVAES, M. D. e SILVA, E. (s.d.). *Prisão do ex-Presidente Lula: Golpe ou Combate à Corrupção?* in <http://anais.uesb.br/index.php/cmp/article/viewFile/9055/8718>

candidato JAIR BOLSONARO surge a liderar uma coligação composta por dois partidos conservadores, o Partido Social Liberal e o Partido Brasileiro de Renovação do Trabalho, contra o candidato do PT, FERNANDO HADDAD¹³. A campanha eleitoral de JAIR BOLSONARO conquistou o apoio de segmentos significativos da população brasileira ao estabelecer alianças com líderes religiosos, especialmente evangélicos, e assumir posições inequívocas e veementes em questões como educação sexual nas escolas, casamento entre pessoas do mesmo sexo, segurança pública e ameaças do comunismo, e consistentemente, afirmou a família tradicional e a religião como pilares da sociedade brasileira¹⁴.

Eleito em 2018, JAIR BOLSONARO esteve durante o seu mandato, na sua grande maioria, envolvido em escândalos, nomeadamente na gestão da pandemia por COVID-19 e nos processos de vacinação, onde mostrou total indiferença pela generalidade dos processos mundiais, com alguns autores a apontarem uma governação cruel, indiferente e incompetente¹⁵. Porém, em 2021, o Supremo Tribunal de Justiça anulou as condenações de LULA DA SILVA, declarando que as provas recolhidas no âmbito da *operação Lava Jato*¹⁶ foram tendenciosas e ordenou a sua libertação imediata. LULA DA SILVA estava livre e inocente e começara a preparar as eleições presidenciais de 2022, ainda que perante um forte movimento contra o PT¹⁷. As eleições presidenciais do Brasil de 2022 surgem com dois líderes partidários claramente distintos, vivendo-se um clima de tensão no país que gerou também uma enorme divisão entre *petistas* e *bolsonaristas*. Neste momento eleitoral, LULA DA SILVA (PT) e JAIR BOLSONARO (PL) representaram uma clara divisão política do povo brasileiro.

Sistema Eleitoral Brasileiro

A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 defende a separação de poderes¹⁸, nomeadamente exigindo que todos os órgãos de governo do Brasil – executivo, legislativo e judicial – sejam independentes entre si, tendo uma relação bilateral exclusiva e baseada nas suas funções. O chefe do poder executivo é o Presidente da República, que acumula as funções de chefe de Estado e chefe de Governo da Re-

pública dos Estados Unidos do Brasil¹⁹. O atual sistema eleitoral brasileiro foi estabelecido pela Constituição de 1988 e é gerido pelo Tribunal Superior Eleitoral. O Presidente da República é eleito por voto popular para um mandato de quatro anos. Nas eleições presidenciais vigora o sistema eleitoral maioritário a duas voltas, onde vencerá as eleições o candidato que obtiver a maioria absoluta de votos, não contabilizados os votos em branco e os votos nulos²⁰. No caso de nenhum candidato obter mais de cinquenta por cento dos votos à primeira volta, os dois candidatos mais votados irão a uma segunda volta considerando-se eleito aquele que obtiver a maioria dos votos válidos²¹. O voto é obrigatório a todos os cidadãos entre os 18 e os 70 anos e facultativo a cidadãos analfabetos, aos maiores de setenta anos e aos maiores de dezasseis e menores de dezoito anos²².

Resultados eleitorais

As eleições presidenciais do Brasil realizaram-se a 2 de outubro de 2022 e, pese embora a polarização de candidatos, desde cedo as sondagens apontavam para uma disputa entre o atual Presidente da República e candidato à reeleição JAIR BOLSONARO e o ex-presidente LULA DA SILVA. A eleição presidencial contou com onze candidatos, a saber: CIRO GOMES do Partido Democrático Trabalhista, CONSTITUINTE EYMAEL, da Democracia Cristã; FELIPE D’ÁVILA do NOVO; JAIR BOLSONARO do Partido Liberal e Coligação Pelo Bem do Brasil; LULA DA SILVA do PT - Coligação Brasil da Esperança; LÉO PÉRICLES da Unidade Popular; PADRE KELMON do Partido Trabalhista Brasileiro; SIMONE TEBET do Movimento Democrático Brasileiro; SOFIA MANZANO do Partido Comunista Brasileiro; SORAYA THRONICKE da União Brasil; e VERA SALGADO do Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado.

Candidatos	Partido	Número de Votos	Percentagem
LULA DA SILVA	PT	57 259 504	48,43%
JAIR BOLSONARO	PL	51 072 345	43,20%
SIMONE TEBET	MDB	4 915 423	4,16%
CIRO GOMES	PDT	3 599 287	3,04%
SORAYA THRONICKE	UNIÃO	600 955	0,51%
FELIPE D’ÁVILA	NOVO	559 708	0,47%
PADRE KELMON	PTB	81 129	0,07%
LÉO PÉRICLES	UP	53 519	0,05%
SOFIA MANZANO	PCB	45 620	0,04%
VERA SALGADO	PSTU	25 625	0,02%
CONSTITUINTE EYMAEL	DC	16 604	0,01%
Votos Nulos		3 487 874	2,82%
Votos em Branco		1 964 779	1,59%
Abstenções		32 770 982	20,95%
TOTAL		123 682 372	100%

Fonte dos dados: TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL (2022)²³.

13 Cfr. AMARAL, O. E. (2020). “The Victory of Jair Bolsonaro According to the Brazilian Electoral Study of 2018”, in *Brazilian Political Science Review*, Volume 14, n.º 1, p. 2.

14 Sobre esta matéria, vide FUKS, M.; RIBEIRO, E. e BORBA, J. (2021). From Antipetismo to Generalized Antipartisanship: The Impact of Rejection of Political Parties on the 2018 Vote for Bolsonaro, in *Brazilian Political Science Review*, n.º 15, pp. 15-16.

15 Cfr. PATRÍCIO, R. D. (2022). Brazil: Country on Hold, Political Tension Running High. In *Athens Journal of Social Sciences*, vol. 9 - 2, p. 153.

16 A *Operação Lava Jato* foi um conjunto de investigações de combate à corrupção realizadas entre 2014 e 2021 pela Polícia Federal do Brasil, composto por milhares de mandados de busca e apreensão, de prisão temporária, de prisão preventiva e de condução coercitiva, visando apurar um esquema de lavagem de dinheiro que implicou crimes de corrupção ativa e passiva, gestão fraudulenta, lavagem de dinheiro, organização criminosa, obstrução da justiça, operação fraudulenta de câmbio e recebimento de vantagem indevida.

17 Para melhor compreendermos a polarização política no Brasil, vejamos os movimentos *antipetistas*, nomeadamente uma clara ascensão de um sentimento partidário negativo em relação ao Partido dos Trabalhadores (CASALECCHI, G. Á., DE OLIVEIRA VIEIRA, A. e PEREIRA, B. F. (2019). *Entre o petismo e o antipetismo: uma análise da polarização política no Brasil e suas implicações para a democracia*, pp. 3-9).

18 Cfr. art.º 2 da Constituição da República Federativa do Brasil.

19 Cfr. art.º 76 da Constituição da República Federativa do Brasil.

20 Cfr. art.º 77, n.º 2 da Constituição da República Federativa do Brasil.

21 Cfr. art.º 77, n.º 3 da Constituição da República Federativa do Brasil.

22 Cfr. art.º 14, n.º 1 da Constituição da República Federativa do Brasil.

23 TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL (2022). “Eleição geral ordinária federal” in <https://>

Numa votação renhida e com uma afluência recorde às urnas, LULA DA SILVA (PT) e o vice GERALDO ALCKMIN (PSB) registaram 48,43% dos votos, correspondente a 57 259 504 de eleitores. Em segundo lugar, o atual Presidente JAIR BOLSONARO do PL e o vice General BRAGA NETTO obtiveram 43,20% dos votos, o que se traduziu em 51 072 345 de eleitores. A então senadora do estado do Mato Grosso do Sul, SIMONE TEBET ficou na terceira posição da disputa presidencial com 4,16% e 4 915 423 dos votos expressos. CIRO GOMES, também candidato em 2018, terminou o primeiro turno das eleições com 3,04% e 3 599 287 dos votos. De acordo com o Tribunal Superior Eleitoral, na primeira volta das eleições presidenciais de 2 de outubro de 2022, estavam aptos a votar 156 454 011 eleitores, tendo exercido o direito de voto 123 682 372 de eleitores, 79,05% dos eleitores. Os votos válidos totalizaram 118 229 719 e as abstenções alcançaram 32 770 982, representando 20,95%. Os votos nulos foram 3 487 874, o que corresponde a 2,82% do total de votos e os votos em branco somaram 1 964 779 (1,59%).

Após esta eleição manteve-se um impasse com LULA DA SILVA a vencer em catorze estados, maioritariamente no nordeste (Alagoas, Amapá, Amazonas, Bahia, Ceará, Maranhão, Minas Gerais, Pará, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande Norte, Sergipe e Tocantins) e JAIR BOLSONARO a vencer em doze estados (sul e centro-oeste) e no Distrito Federal (Acre, Espírito Santo, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Paraná, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Rondônia, Roraima, Santa Catarina e São Paulo). As regiões Sudeste e Norte ficaram divididas, com LULA DA SILVA a garantir Minas Gerais, mas perdendo nos outros três estados, enquanto a norte, quatro estados ficaram com o LULA DA SILVA e três estados com JAIR BOLSONARO.

Com o acesso dos dois candidatos presidenciais a uma segunda volta inicia-se uma corrida à presidência da república em busca de apoio político, o que provocou reconciliações e estreitamento de relacionamentos. O candidato do PT recebeu o apoio do ex-presidente e seu rival histórico FERNANDO HENRIQUE CARDOSO que ganhou as eleições em 1994 e 1998, bem como da senadora SIMONE TEBET, terceira classificada na primeira volta, e de CIRO GOMES, quarto colocado na primeira volta. Já o candidato à reeleição recebeu o apoio de diversos governadores e do candidato PADRE KELMON do PTB, e do ex-juiz e ex-ministro da Justiça SERGIO MORO, senador eleito pelo União Brasil do Paraná, entre outros.

A segunda volta das eleições presidenciais do Brasil tem lugar a 30 de outubro de 2022, considerada a disputa eleitoral mais acirrada da história do país, desde a implementação da República, após o fim do regime militar. A vitória coube a LULA DA SILVA com 50,90% e JAIR BOLSONARO a registar 49,10% dos votos. Se analisarmos o número de votos, o candidato do PT tem 60 345 999 votos, o que corresponde a um crescimento de aproximadamente três milhões relativamente à primeira volta. Já o candidato JAIR BOLSONARO teve 58 206 354 votos, cujo número traduz um aumento de cerca de sete milhões de votos, relativamente à primeira volta.

Candidato	Partido	Número de Votos	Percentagem
LULA DA SILVA	PT	60 345 999	50,90%
JAIR BOLSONARO	PL	58 206 354	49,10%
Votos Nulos		3 930 765	3,16%
Votos em Branco		1 769 678	1,43%
Abstenções		32 200 558	20,59%
TOTAL		124 252 796	100%

Fonte dos dados: TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL (2022)²⁴.

Numa análise mais pormenorizada, LULA DA SILVA venceu em treze estados brasileiros: Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte, Sergipe, Amazonas, Pará, Tocantins e Minas Gerais. Já o candidato mais conservador, JAIR BOLSONARO, venceu em treze estados e no Distrito Federal: Goiás, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Acre, Amapá, Rondônia, Roraima, Espírito Santo, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina.

Esta é a primeira vez na história do Brasil que um Presidente incumbente não é reeleito, o que gerou fortes queixas por parte de apoiantes do candidato derrotado, não aceitando os resultados das eleições de 2022. Milhões de pessoas foram para as ruas nas cidades brasileiras em protesto, manifestando as suas opiniões contrárias à vitória de LULA DA SILVA e alegando fraude eleitoral no sistema de urnas eletrónicas. Esta instabilidade política teve o seu auge uma semana depois de LULA DA SILVA ter tomado posse como 39.º Presidente da República, a 8 de janeiro de 2023, com um atentado aos poderes democráticos por parte de alegados apoiantes do ex-presidente JAIR BOLSONARO a invadirem a sede dos três poderes do Brasil: o Palácio do Planalto, o Supremo Tribunal Federal e o Congresso Nacional, em Brasília.

resultados.tse.jus.br/oficial/app/index.html#/eleicao;e=e544/resultados

24 TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL (2022). “Eleição geral ordinária federal” in <https://resultados.tse.jus.br/oficial/app/index.html#/eleicao;e=e545/resultados/cargo/1>